

DIFICULDADES DE ORDEM EXTERNA E INTERNA À (DES) INTEGRAÇÃO LATINA-AMERICANA

Tiago Satim Karas¹

RESUMO

Como todas as crises do sistema econômico financeiros, do passado recente, o século XXI inicia-se com grandes indícios do sistema estar passando por mais uma turbulência econômica e. Ao final da primeira década o que era incerto se torna evidente e no ano de 2008 o sistema capitalista, mais uma vez, mergulha em uma das maiores crises econômicas – desde o Crash da Bolsa de 1929 – e com ele parte da legitimidade da ideologia neoliberal. Nesse trabalho iremos abordar diversas questões quanto às expectativas ressurgidas para a possibilidade de integração da América Latina tendo o Brasil com importante papel para a integração regional, porém com diversas dificuldades que impedem que tal fato ocorra. Entendemos que é necessário explorar tanto as dificuldades que vem de fora como “padrões de dominação externos”, como também, as dificuldades internas que mantêm essa região sob controle, visando contribuir para a compreensão da geografia das transformações dos países latino-americanos.

Palavras-chave: América Latina, desestabilização regional, dificuldades de Integração, neoliberalismo, padrões de dominação.

RESUMEN

Al igual que todas las crisis financieras del sistema económico, el pasado reciente, el siglo XXI se inicia con poca evidencia de que el sistema está experimentando una crisis económica aún más y. Al final de la primera década era incierto lo que se hace evidente y en 2008 el sistema capitalista, se adentra de nuevo en una de las mayores crisis económicas - desde el desplome de la bolsa de 1929 - y con ello la legitimidad de la ideología neoliberal. En este trabajo se discuten diversos temas relacionados con las expectativas de la posibilidad de integración resurgimiento de América Latina con Brasil, con un papel importante para la integración regional, pero con una serie de dificultades que impiden que se produzca tal hecho. Creemos que es necesario explorar tanto las dificultades que sale como "patrones de dominación externa", sino también las dificultades internas que mantiene a esta región bajo control con el fin de contribuir a la comprensión de la geografía de las transformaciones de los países latinoamericanos.

Palabras clave: América Latina, la desestabilización regional, las dificultades de integración, el neoliberalismo, los patrones de dominación.

INTRODUÇÃO

Primeiramente é necessário tomarmos como referência e ponto de partida a contribuição da geografia ao estudo das transformações ocorridas na América Latina. Assim entendemos que ao estudá-la procuramos demonstrar a configuração desigual do espaço geográfico. Tomando como referência, Harvey (2005, p. 12) que propõe a “necessidade premente de definir uma geografia crítica, que pudesse “desconstruir” o modo como determinados tipos de conhecimento, aparentemente “Neutros”, “naturais” ou até “óbvio” possam ao invés de esclarecer, se tornar “meios instrumentais de preservação do poder político”. A neutralidade com que certos conhecimentos são apresentados dificulta e impossibilita, muitas vezes, que estes conhecimentos possam desnudar algo que não está visível aos nossos olhos, assim ao invés de desconstruir, contribui para a permanência do sistema vigente. O objetivo desse trabalho é levantar alguns questionamentos quanto a formação dos “padrões de dominação externos” proposto por Fernandes (1970), que para nós permanecem inalterados, quanto também a consolidação e atuação em nossos dias de estruturas internas

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Bolsista da Capes. E-mail satimkaras@hotmail.com.

responsáveis por garantir a reprodução do sistema de dominação, que dificulta e impossibilita a criação de verdadeiros projetos de integração regional.

É preciso esclarecer que quando se fala aqui nesse trabalho das dificuldades de ordem externa e interna, não tivemos a intenção de separar essas características particulares, ora interna ou externa, dos países, ou da região, da sua essência, acreditamos que para o entendimento da questão, estudá-las separadamente poderá facilitar a compreensão, porém não podemos tomá-la na sua essência como fatos isolados ou desconexos. Segundo Fernandes (1970 p. 95) se por ora existe grandes interesses internos por partes de classes privilegiadas dos países, isso não significa que não estejam alinhados aos interesses políticos de outros países, “estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior”. Assim, primeiramente, pensamos que seria temerário propor uma compreensão desta situação sem levar em consideração tais características, indissociáveis, entre padrões de “conexão estrutural” internas, advindas de “manipulações do exterior”.

Nosso foco de análise das dificuldades para a integração de origem externa tem como principal agente, em nossos dias, os Estados Unidos, porém para aprofundar no conteúdo, este item possui características históricas que não podem ser negligenciadas, como é o caso do colonialismo, isso remete estudar e fazer uma análise que sem o qual não entenderíamos a fase imperialista norte-americana.

Também é necessário salientar que desde a fase de colonização, foram sendo introduzidas nas sociedades latinas formas de dominação em formas de diferenças de classes advindas do país colonizador, contribuindo para a formação das classes dominantes nos países colonizados, como a formação, por exemplo, de grandes donos e proprietários de extensas áreas agrícolas.

Historicamente a América Latina passou por várias fases de dominação, mas caracteristicamente permaneceu como uma região, que apesar de possuir grandes diversidades de riquezas naturais, ocupou a posição de fornecedor de recursos minerais, energia e alimentos, e ocupa ainda em certa medida. Assim, tanto economicamente quanto politicamente, os países latinos de forma geral, se tornaram incapazes de possuir autonomia frente aos desígnios hegemônicos dos países desenvolvidos.

O que se espera mostrar com esse estudo é que há uma imbricação de poderes de ordem externa, imposto pelos países hegemônicos, como também há a formação no seio da sociedade Latina Americana de classes sociais poderosas, que chamaremos de dificuldades internas ou regionais, que ora contrasta com as classes sociais poderosas também dos países vizinhos, ou conflui com as normas de dominação dos países hegemônicos, e assim duas características podem ser visualizadas. As classes poderosas locais podem orientar as políticas para satisfazerem seus desejos próprios enquanto classe dominante, como também as disputas regionais pelas classes poderosas entre os países vizinhos podem dificultar a integração regional, como assim tem sido historicamente.

DOMINAÇÃO EXTERNA: DO COLONIALISMO À HEGEMONIA NORTE AMERICANA

Primeiramente é preciso deixar claro que ao tratar do colonialismo, lembrar que os Estados Unidos também foi colônia, fruto da expansão marítima comercial européia, porém britânica, enquanto os países chamados latinos, compondo a América Latina, foram colônias espanholas e o Brasil, com exceção, foi colônia portuguesa.

O início do século XX foi marcado por grandes mudanças na ordem político-econômico global por poder. A Inglaterra que desde a revolução industrial era a grande potência colonial em decadência, e segundo Sader (2010 p. 29) “Por de trás da decadência britânica havia indícios claros, já nos primeiros meses do novo século, da ascensão dos EUA como potência imperial [...]”. A Alemanha também demonstrava grandes intenções de tornar-se uma grande potência e às vésperas da Primeira Guerra Mundial “[...] a Alemanha já era a segunda potência industrial do mundo, atrás apenas dos EUA”. (Ibidem p. 37).

Essas informações são importantes por, primeiro que, essas disputas pelo poder hegemônico causaram tanto a primeira como a Segunda Guerra Mundial, e em segundo a Inglaterra que tinha sido o maior império desde a Revolução industrial, encontrava serias dificuldades para manter-se nesta condição, por no mesmo continente fazer oposição ao império em ascensão Alemão e provavelmente causar grandes dificuldades.

Assim, enquanto as potências imperiais estavam envolvidas nos conflitos, como o foco de tensão a Europa, polarizada pela disputa territorial e de poder entre Inglaterra e Alemanha, no início do século XX,

[...] os EUA iniciaram o mais prolongado e extenso ciclo expansivo da economia capitalista já nos anos 40 [...] os EUA se tornaram, já antes da Segunda guerra, a economia tecnologicamente mais avançada do mundo. [...] (Ibidem, p. 40).

Neste ponto temos encontrado algo interessante, podendo supor que os Estados Unidos possuía um privilégio, por estar distante do foco do conflito, e assim poder se proteger melhor e melhor também planejar estrategicamente seus ataques.

E ainda para o EUA em termos de América Latina, nunca houve nenhum país que pudesse se contrapor ao poder norte-americano, facilitando assim impor o seu domínio e consequentemente, tornar toda a América “[...] uma extensa base de apoio para, sustentado nela, emergir como uma potência internacional. [...] (Ibidem, p. 40). Seja com a exploração dos recursos naturais (minérios, fontes de energia, alimentos...) e dentro do plano econômico e do político, favorecendo e fortalecendo governos que o apoiasse, e assim o EUA se projetou como império em expansão, tanto com poderes econômicos e políticos.

Por fim neste primeiro momento podemos rapidamente visualizar o processo de mudanças ao longo do século XX, segundo Sader (2010, p. 16) é a história do capitalismo, “[...] transição da hegemonia inglesa para a norte-americana e, dentro desta, de hegemonia do grande capital industrial para o capital financeiro”.

HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NEOLIBERAL

Como vimos anteriormente grandes mudanças ocorreram no século XX, como, as duas grandes guerras mundiais, ocorridas no continente Europeu, por conta de disputas territoriais e por poder para consolidação da nação imperialista. Porém com o fim da Segunda Guerra Mundial tivemos uma situação diferente da encontrada historicamente na consolidação dos impérios. O período pós-guerra ficou conhecido como Guerra fria e o mundo ficou dividido entre duas potências econômicas militares, os Estados Unidos capitalista, e a Rússia comunista, configurando o poder político mundial entre dois impérios rivais.

Com o fim da Guerra Fria, a maior e mais importante oposição ao império norte-americano se desfaz, deixando o trânsito livre para a consolidação do maior império hegemônico mundial. Assim os Estados Unidos, mesmo nos momentos de crises do sistema capitalista, permanece como potência, uma vez que não há outra potência em ascensão que possa substituí-la.

Como proposta para manter o capitalismo como modelo econômico a ser seguido e garantir sua própria re-produção, segundo Harvey (2008, p. 12)

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômico que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livre mercados e livre comércio.

De outra forma, quando se fala em crise do sistema capitalista, seja a de 1929 ou da década de 1970, é preciso esclarecer que o sistema sempre buscou formas de reestruturar-se para poder permanecer como sistema econômico e reproduzir-se. Com as crises do sistema capitalista dos anos de 1970, segundo Harvey (2008, p. 25 e 27) a grande potência buscava encontrar medidas para superar a crise, “o golpe no Chile e a tomada do poder pelos militares na Argentina, promovido pelas elites domésticas com o apoio dos Estados Unidos, ofereceram um tipo de solução”. Assim ao referir-se às transformações da “virada neoliberal” pressupõe que esteja “de alguma maneira e em algum grau associada à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas”.

Esses exemplos sinalizam como as políticas de consolidação da hegemonia norte-americana mundial, voltadas para a América Latina foram cruciais e estratégicas para manutenção do poder hegemônico, e é possível verificar que a liberdade defendida neste contexto, é a liberdade econômica que os agentes financeiros econômicos necessitam para atuarem “livremente” seja onde for, onde apresentam melhores vantagens para maximização da exploração e dos lucros.

Supõem que as diversas crises cíclicas do sistema “sejam uma grande crise no próprio coração da ordem neoliberal” com sérios problemas como alternativa para conduzir o “futuro da

acumulação capitalista”, o uso da violência sempre esteve presente diante da incapacidade do sistema impor uma ordem, ou manter a ordem de acumulação capitalista. (Ibidem, p. 202-3)

A formação da sociedade Latina Americana está diretamente relacionada às formas de dominação. A consolidação da dominação ocorreu na forma de “padrões de dominação externa” proposto por Fernandes (1970), no passado colonialista, ou mais recentemente na forma de hegemonia imperialista, veremos a seguir que as formas de dominação e consequentemente de formação da sociedade Latina Americana do passado de dominação dos “padrões externo” não é menos importante para a compreensão da atual situação, porém as relações surgidas internamente também configuram formas de dominação.

DOMINAÇÃO INTERNA

Diretamente relacionado ao padrão de dominação externo, é possível visualizar formas de dominação internas imbricadas tanto do colonialismo como do imperialismo, assim surgem nas sociedades Latina Americanas setores sociais responsáveis para viabilizar o sistema de dominação como um todo, como, por exemplo, muitos setores ligados a política e na economia para institucionalizar poderes capazes de reproduzirem o sistema de coisas.

No Brasil existem diversos setores sociais que trabalham com esse propósito de reprodução da dominação externa, como os grandes latifundiários, que atuam tanto na política, como, por exemplo, a bancada ruralista no congresso, como também na economia, com os acordos realizados com grandes conglomerados agroindustriais internacionais.

Ao procurar compreender a estrutura de formação econômica-política da sociedade latino-americana, Fernandes (1970, p. 99) considera que “A dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina”.

O padrão “exportação-importação” demonstra bem isso que estamos evidenciando, e que caracterizou, historicamente, a formação econômica dos países latinos, assim ao invés de autonomia político-econômico e de independência efetiva, o que se pode ver “em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadorias, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultra-lucrativas”. (Ibidem, 1970, p. 99).

AUTORITARISMO X DEMOCRACIA

De fato se torna importante analisar tanto o autoritarismo como a democracia que fizeram parte da história de formação dos países latino-americanos.

O autoritarismo faz parte da história de formação da América. As ditaduras são os maiores exemplos das práticas autoritárias, resumidamente, usadas como meio para impedir a disseminação de práticas subversivas.

Segundo Bandeira (1995, p. 174) as Ditaduras Militares assumiram o caráter de “um fenômeno de política internacional continental”, neste caso os países da América Latina sofreram intervenções militares comandadas pelos EUA. Assim segundo Moniz Bandeira,

...uma vez que determinada fora, em larga medida, pela mutação que os Estados Unidos a partir dos anos 1960, promoveram na estratégia de segurança do hemisfério, redefinindo as ameaças, com prioridades para o inimigo interno, e difundindo, através, particularmente, da Junta Interamericana de Defesa, as doutrinas de contra-insurreição e da ação cívica. (1995, p. 174).

As ditaduras provocaram marcas profundas nas sociedades Latino-Americanas, vários estudos têm demonstrado que as condições originadas a partir desse período historicamente têm condicionado a atuação política e da sociedade civil em vários países.

Como o estudo de Javier Chinchón Álvarez, sobre as recentes democracias na região da América Latina, constatou uma baixa aprovação do regime democrático pelo povo, muitas vezes até discordando ou até não dando importância a democracia, este estudo revelou de uma forma clara, que o autoritarismo deixou marcar profundas nas sociedades latino-americanas, e constata que:

[...] a concepciones más autoritarias en el subcontinente son evidentes, al tiempo que es patente que el proceso democratizador no ha fracasado de

forma absoluta, como tampoco que la región está condenada a un perpetuo estancamiento en un mera democracia formal (ÁLVAREZ, 2007, p. 46).

Ao estudar sobre os regimes políticos democráticos percebemos a importância da relação que existe entre democracia e poder nas relações sociais como tal e o que se tem nas sociedades como valores democráticos, como a liberdade, direito e etc. Segundo Serafinoff (2003)

[...] la democracia [...] el cual resulta necesario pero no suficiente para el establecimiento de un segundo grupo de condiciones tales como la libertad de asociación, la libertad de expresión, la diversificación de las fuentes de información y la creación de instituciones que intentan garantizar que El gobierno no actúe en función de beneficios particulares o en desmedro del interés general, condiciones que son indicativas de la calidad de la democracia. (p. 14)

Porém as democracias da América Latina surgem com sérios problemas, e na maioria das vezes não há igualdade de direitos, e as instituições democráticas são muito limitadas no exercício das suas funções. Segundo Krawczyk & Wanderley (2003, p. 44) “las democracias latinoamericanas no han producido ni distribuido los bienes públicos que razonablemente podía esperarse de ellas”. Pode-se verificar uma grande influência das políticas neoliberais, “en la incapacidad del Estado para responder a las ...demandas de la ciudadanía”.

Como nos referimos no início desse trabalho a dominação não chega apenas de fora, para impor uma organização e estabelecer padrões de dominação, como no período colonial, ela também brota no meio da sociedade, decorrente dos processos externo, caracterizada particularmente pelo surgimento de classes sociais com poderes para se organizarem para garantir o estado das coisas tal qual seja interessante para essas classes, assim segundo Fernandes (1970, p. 98)

[...] esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo regime colonial.

Como vimos, as políticas nem sempre privilegiam os objetivos de integração regional, assim ao invés de proporcionarem condições para a integração dos países, acabam facilitando o surgimento de outras organizações, como as elites dominantes, sendo condicionado e condicionando por uma política que de fato são proposta por algumas classes sociais que infelizmente não tem contemplado toda a diversidade social dos países integrados.

[...] a tendência será que os partidos políticos se interessem pouco, levando os demais atores sociais a buscar outras formas de organização para representar seus interesses no processo de integração. Sem dúvida, isso limita a democratização do processo. (OLIVEIRA, 2003, p. 148)

Consequentemente se as relações sociais de classe, interna dos países, não forem plenas de igualdades, compromete o nível de democracia que se tem nos países, e assim nesse jogo todo, a população que nem ao menos sabe o que de fato é democracia, como esperar que faça juízo de valor? Não só compromete as relações sociais internas, como também a relações dos acordos de integração regional, determinados e condicionados por relações de dominação tanto interna como externa.

MERCOSUL

Nossa intenção com este trabalho não é fazer uma ampla e sistematizada análise do surgimento e consolidação do MERCOSUL, no entanto percebemos que podemos evidenciar algumas características sobre a integração no Mercosul que sinalizam para o que estamos propondo de estudo sobre as dificuldades de integração regional entre os países.

Para início dessa discussão tomamos como referência Oliveira (2003, p. 24) que nos coloca que a formação dos blocos econômicos ou como ele se refere “tipos de regionalismo” é fruto das “transformações na natureza e no funcionamento do sistema internacional contemporâneo resultante

da globalização multidimensional”, assim os Estados Nacionais frente a esta realidade de transformações globais se organiza regionalmente “como estratégias de política externa nacional para o enfrentamento da nova realidade internacional em emergência”.

Este fato assim nos coloca diante de outra percepção dos objetivos para o qual surgiram e em certa medida ainda surgem nas integrações regionais, indo além se pode supor de que o objetivo principal das integrações regionais, na maioria dos casos, está voltado aos interesses econômicos, portanto.

...as teorias macroeconômicas a cooperação internacional e a integração regional passaram a ser consideradas tendências para criar mercados de grande amplitude, por intermédio de mecanismos resultantes de uniões alfandegárias e de uniões econômicas. (Ibidem, p. 57)

Relacionado a isto, percebesse também o alinhamento das práticas políticas locais dos países às políticas neoliberais que principalmente nos anos de 1990 se aprofundaram, e provocaram dramáticas consequências, se por um lado as elites sociais dos países obtiveram a possibilidade de dominação e concentrar riquezas como por meio das privatizações, como na Argentina e no Brasil, por outro lado, comprometeram as integrações regionais pelo que as ações internas e regionais dos Estados Nacionais se pautaram por objetivos externos, consolidando outras formas de padrões de dominação, como ocorreu no caso do Mercosul nessa década a integração como meio para alinhar às políticas neoliberais.

Essas questões não estão excluídas do tratado de Assunção que consolidou o Mercosul:

[...] a maioria das disposições contidas no Tratado de Assunção versa sobre questões econômicas, principalmente as referentes à liberalização comercial, ou seja, a ênfase do processo de integração regional está sobre os assuntos econômicos definitivamente em uma ótica "neoliberal". (Ibidem, 2003, p. 71).

Acreditava-se que com a consolidação do acordo regional de integração econômica, os países participantes provocariam mudanças nas políticas de âmbito nacional e assim os integrantes do bloco poderiam novamente fazer parte da ordem econômica globalizada neoliberal. Mas consideramos que dependendo do ponto de vista se questiona, mudanças para que? Ou para quem? Quem foram os verdadeiros beneficentes? De quais classes sociais? Essas e outras questões ainda precisam ser verificadas, pois elas sinalizam que formas de dominações surgem e estão imbricadas dentro da ordem macro econômico-política global.

Em termos de políticas nacionais, segundo Oliveira (2003, p. 131) observasse que os partidos políticos brasileiros não dão a devida atenção à pauta do Mercosul em favor das grandes pautas nacionais, como na economia. “[...] a lógica que prevalece é a da debilidade, da fragilidade e do pouco interesse por parte dos partidos políticos e dos parlamentares brasileiros no Mercosul...”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente vimos que a consolidação do Império Norte Americano, no início do século XX, se dá em substituição do império Britânico em decadência. Ao longo da expansão capitalista no século XX, o sistema econômico passou por diversas crises, se reorganizou e conseguiu permanecer como sistema vigente mundial. Porém em plena onda de políticas neoliberais com o auge na década de 1990, o sistema econômico inicia o século XXI num novo ciclo de crise. Que demonstra não apenas, novamente a debilidade do sistema econômico como também sinaliza debilidades político-econômicas das estratégias neoliberais implantadas pelo sistema para permanecer hegemonicamente.

Podemos ver, assim, que geograficamente os Estados Unidos sempre tomou a América Latina como estratégia, desde a sua consolidação. Para suprir seu império com matéria prima e produtos de gênero tropical e também implantação de medidas geopolíticas regionais para garantir a permanência hegemônica e imperial pela região. Reduzindo essa região a um imenso laboratório de teste das políticas, como ocorreu inicialmente a partir da década de 1960, irradiando posteriormente para quase todos os países da região, como medida para “restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas”.

Para poder compreender um pouco melhor as questões que envolvem a integração latino-americana e a consolidação de regimes democráticos nos países da região, entendeu ser essencial tomar como ponto de partida os “padrões de dominação externo” proposto por Florestan Fernandes. Mas além dessa forma pura de dominação, para manter e consolidar o projeto hegemônico houve o surgimento de organizações internas, principalmente de classes, que articuladas aos padrões externos, consolidam o sistema de dominação que tem por décadas permanecido no encaixe da promoção política e econômica nos países da região, inclusive com fundo democrático, como sinalizam os recentes fatos envolvendo as democracias de Honduras, Equador e Paraguai.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, J. C. *Democracia y autoritarismo en América Latina*: en busca de la década perdida (1995-2005). América Latina Hoy. Agosto, vol. 46. pp. 173-199. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=30804608>>. Acesso em: 17 Mar. 2012.

BANDEIRA, M. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Editora Ensaio, 1995.

FERNANDES, F. Padrões de Dominação Externa na América Latina. In. PERICÁS, L. B; BARSOTTI, P. (org). América Latina: história, ideias e revolução. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KRAWCZYK, R. N; WANDERLEY, E. L. (org.) *América Latina: Estado e reforma numa perspectiva comparada*. São Paulo: Cortez, 2003.

SADER, E. *Século XX Uma Biografia não Autorizada*: O século do imperialismo. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

OLIVEIRA, M. F. *Mercosul*: atores políticos e grupos de interesses brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

SERAFINOFF, V. *El estado democrático em América Latina* – Estado del arte sobre el tema. Documentos. **Nueva Sociedad**, noviembre de 2006. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/estado/estado%20del%20arte.pdf>. Acesso em: 17 de Mar. 2012.